

“5. 決定購置或租賃資訊設備或服務時應遵照下列手續，但不影響下款的規定：

a) 開支金額少於澳門幣三十萬元者，由有利關係的部門製作一份列明依據的建議書；

b) 開支金額由澳門幣三十萬元至澳門幣二百五十萬元者，由有利關係的部門的資訊或具此範疇職權的附屬單位製作研究書；倘沒有該附屬單位，研究書則由計劃組製作；

c) 開支金額超過澳門幣二百五十萬元者，由計劃組製作研究書。

6. 如屬下列情況，必須聽取行政公職局的意見：

a) 購置或租賃的資訊設備用作接駁本身設施以外的其他部門的系統或網絡；

b) 研究書是按照上款b)項及c)項的規定由計劃組製作，但屬購置或租賃資訊設備或系統的維修保養服務、購置資訊範疇的技術支援服務、延續具使用許可期限的軟件服務和使用權的程序除外。

7. 第5款b)項及c)項所指的計劃組由三名高級技術員或資訊技術員組成；如必須按照上款規定聽取行政公職局的意見，則至少須有一名技術人員由行政公職局指派。”

二、在本批示生效前已開展的資訊設備或服務購置或租賃程序適用原來的制度。

三、本批示自公佈翌日起生效。

二零一七年十二月十一日

行政長官 崔世安

«5. Na formação da decisão de aquisição ou locação de bens ou serviços de informática, devem observar-se, sem prejuízo do número seguinte, as seguintes formalidades:

a) Quando envolvam despesas de montante inferior a 300 000 patacas, é elaborada pelos serviços interessados uma proposta fundamentada;

b) Quando envolvam despesas de montante de 300 000 a 2 500 000 patacas são elaborados estudos pela subunidade de informática ou pela subunidade com competência nesta área dos serviços interessados ou, se aquela subunidade não existir, por uma equipa de projecto;

c) Quando envolvam despesas de montante superior a 2 500 000 patacas são elaborados estudos por uma equipa de projecto.

6. É obrigatório obter parecer da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (doravante designada por SAFP) nas situações seguintes:

a) Quando os bens de informática a serem adquiridos ou locados se destinem a ser conectados aos sistemas ou às redes de outros serviços, no exterior das respectivas instalações;

b) Quando os estudos sejam elaborados por uma equipa de projecto, nos termos das alíneas b) e c) do número anterior, excepto nos procedimentos de aquisição ou locação de serviços de reparação e manutenção de bens ou sistemas de informática, aquisição de serviços de apoio técnico da área informática, renovação de serviços e direitos de uso de *software* com prazo de autorização.

7. A equipa de projecto referida nas alíneas b) e c) do n.º 5 é composta por três técnicos superiores ou técnicos na área de informática e, quando seja obrigatório obter parecer dos SAFP, nos termos do número anterior, pelo menos um dos técnicos será designado pelos SAFP.»

2. Aos procedimentos de aquisição ou locação de bens ou serviços de informática iniciados antes da entrada em vigor do presente despacho, é aplicável o regime anterior.

3. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

11 de Dezembro de 2017.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

第 67/2017 號行政長官公告

中華人民共和國澳門特別行政區政府
與
歐洲聯盟
關於民用航空若干事項的協定修訂案

行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律《法規的公佈與格式》第三條(六)項和第六條第一款的規定，命令公佈《中

Aviso do Chefe do Executivo n.º 67/2017

Revisão do Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços Aéreos

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos da alínea 6) do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 (Publicação e formulário dos diplomas) da Região Administrativa

華人民共和國澳門特別行政區政府與歐洲聯盟關於民用航空若干事項的協定》修訂案，以換文方式確認《協定》的克羅地亞文版本，即二零一五年一月三十日及二零一七年八月二十九日的照會的英文正式文本及相應的中、葡文譯本。

《中華人民共和國澳門特別行政區政府與歐洲聯盟關於民用航空若干事項的協定》透過第44/2013號行政長官公告公佈於二零一三年十二月十九日第五十一期《澳門特別行政區公報》第一組。

二零一七年十二月七日發佈。

行政長官 崔世安

Especial de Macau, a revisão do Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços Aéreos, respeitante à confirmação da versão em língua croata do mesmo acordo, concluída por troca de Notas datadas de 30 de Janeiro de 2015 e 29 de Agosto de 2017, nos seus textos autênticos em língua inglesa, acompanhados da respectiva tradução para a língua chinesa e portuguesa.

O Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços Aéreos encontra-se publicado no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* n.º 51, I Série, de 19 de Dezembro de 2013, através do Aviso do Chefe do Executivo n.º 44/2013.

Promulgado em 7 de Dezembro de 2017.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

Note of the European Union, dated 30 January 2015**«No. SGS15/01221**

The General Secretariat of the Council of the European Union presents its compliments to the Macao Economic and Trade Office to the European Union and has the honour to refer to the Agreement between the European Union and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China on certain aspects of air services, signed at Macao on 23 November 2013.

As a consequence of the accession of the Republic of Croatia to the European Union on 1 July 2013 Croatian is now also an official language of the European Union. For reasons of legal certainty and uniform application of the above Agreement the Croatian language version should also be authenticated. The General Secretariat would therefore ask the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China to confirm its agreement to the Croatian language version of the Agreement, attached to this Note, as soon as possible.

The General Secretariat of the Council of the European Union avails itself of this opportunity to renew to the Macao Economic and Trade Office to the European Union the expression of its highest consideration.

(...))»

歐洲聯盟二零一五年一月三十日照會

«編號 SGS15/01221

歐盟理事會總秘書處向澳門駐歐盟經濟貿易辦事處致意，並榮幸地提及二零一三年十一月二十三日在澳門簽訂的中華人民共和國澳門特別行政區政府與歐洲聯盟關於民用航空若干事項的協定。

由於克羅地亞共和國於二零一三年七月一日加入歐洲聯盟，克羅地亞語現在也是歐洲聯盟的官方語言。出於法律的確定性和統一適用上述協定的原因，協定的克羅地亞語言文本也應被確認。因此，總秘書處請中華人民共和國澳門特別行政區政府盡快確認同意本照會所附的協定的克羅地亞語言文本。

歐盟理事會總秘書處藉此機會再次向澳門駐歐盟經濟貿易辦事處表示最崇高的敬意。

(...))»

Nota da União Europeia, de 30 de Janeiro de 2015

«N.º SGS15/01221

O Secretariado Geral do Conselho da União Europeia apresenta os seus melhores cumprimentos à Delegação Económica e Comercial de Macau junto da União Europeia e tem a honra de se referir ao Acordo entre a União Europeia e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre certos aspectos dos serviços Aéreos, assinado em Macau em 23 de Novembro de 2013.

Na sequência da adesão da República da Croácia à União Europeia em 1 de Julho de 2013, a língua croata é agora também uma língua oficial da União Europeia. Por razões de segurança jurídica e aplicação uniforme do Acordo acima referido, a versão em língua croata deve também ser autenticada. O Secretariado Geral, por conseguinte, solicita ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China que confirme o seu acordo com versão em língua croata do Acordo, em anexo a esta Nota, o mais breve possível.

O Secretariado Geral do Conselho da União Europeia aproveita esta oportunidade para reiterar à Delegação Económica e Comercial de Macau junto da União Europeia os protestos da sua mais elevada consideração.

(...))»

Note of the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China, dated 29 August 2017

«The Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China presents its compliments to the General Secretariat of the Council of the European Union and has the honour to acknowledge receipt of the Note Verbale no. SGS15/01221 of the Council of the European Union of 30 January 2015 which reads as follows:

“The General Secretariat of the Council of the European Union presents its compliments to the Macao Economic and Trade Office to the European Union and has the honour to refer to the Agreement between the European Union and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China on certain aspects of air services, signed at Macao on 23 November 2013.

As a consequence of the accession of the Republic of Croatia to the European Union on 1 July 2013 Croatian is now also an official language of the European Union. For reasons of legal certainty and uniform application of the above Agreement the Croatian language version should also be authenticated. The General Secretariat would therefore ask the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China to confirm its agreement to the Croatian language version of the Agreement, attached to this Note, as soon as possible.

The General Secretariat of the Council of the European Union avails itself of this opportunity to renew to the Macao Economic and Trade Office to the European Union the expression of its highest consideration.”

The Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China having been duly authorized by the Central People's Government of the People's Republic of China is pleased to confirm its agreement to the Croatian language version of the Agreement between the European Union and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China on certain aspects of air services, signed at Macao on 23 November 2013, attached to this Note.

The Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China avails itself of this opportunity to renew to the General Secretariat of the Council of the European Union the expression of its highest consideration.

(...))»

中華人民共和國澳門特別行政區政府二零一七年八月二十九日照會

«中華人民共和國澳門特別行政區政府向歐盟理事會總秘書處致意，並謹確認收到歐盟理事會二零一五年一月三十日第SGS15/01221號照會，內容如下：

“歐盟理事會總秘書處向澳門駐歐盟經濟貿易辦事處致意，並榮幸地提及二零一三年

十一月二十三日在澳門簽訂的中華人民共和國澳門特別行政區政府與歐洲聯盟關於民用航空若干事項的協定。

由於克羅地亞共和國於二零一三年七月一日加入歐洲聯盟，克羅地亞語現在也是歐洲聯盟的官方語言。出於法律的確定性和統一適用上述協定的原因，協定的克羅地亞語言文本也應被確認。因此，總秘書處請中華人民共和國澳門特別行政區政府盡快確認同意本照會所附的協定的克羅地亞語言文本。

歐盟理事會總秘書處藉此機會再次向澳門駐歐盟經濟貿易辦事處表示最崇高的敬意。”

經中華人民共和國中央人民政府正式授權，中華人民共和國澳門特別行政區政府欣然確認其同意附於本照會的於二零一三年十一月二十三日在澳門簽訂的歐洲聯盟與中華人民共和國澳門特別行政區政府關於民用航空若干事項的協定的克羅地亞語言文本。

中華人民共和國澳門特別行政區政府藉此機會再次向歐盟理事會總秘書處表示最崇高的敬意。
(...)»

**Nota do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China,
de 29 de Agosto de 2017**

«O Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China apresenta os seus melhores cumprimentos ao Secretariado Geral do Conselho da União Europeia, e tem a honra de confirmar a recepção da Nota Verbal do Conselho da União Europeia n.º SGS15/01221, datada de 30 de Janeiro de 2015, cujo teor é o seguinte:

“O Secretariado Geral do Conselho da União Europeia apresenta os seus melhores cumprimentos à Delegação Económica e Comercial de Macau junto da União Europeia e tem a honra de se referir ao Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços Aéreos, assinado em Macau em 23 de Novembro de 2013.

Na consequência da adesão da República da Croácia à União Europeia em 1 de Julho de 2013, a língua croata é agora também uma língua oficial da União Europeia. Por razões de segurança jurídica e aplicação uniforme do Acordo acima referido, a versão em língua croata deve também ser autenticada. O Secretariado Geral, por conseguinte, solicita ao

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China que confirme o seu acordo com versão em língua croata do Acordo, em anexo a esta Nota, o mais breve possível.

O Secretariado Geral do Conselho da União Europeia aproveita esta oportunidade para reiterar à Delegação Económica e Comercial de Macau junto da União Europeia os protestos da sua mais elevada consideração.”

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, devidamente autorizado pelo Governo Popular Central da República Popular da China, tem o prazer de confirmar o seu acordo com versão em língua croata do Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços Aéreos, assinado em Macau em 23 de Novembro de 2013, em anexo a esta Nota.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China aproveita esta oportunidade para reiterar ao Secretariado Geral do Conselho da União Europeia os protestos da sua mais elevada consideração.

(...)»

Encl.

附件

Anexo

SPORAZUM
IZMEĐU EUROPSKE UNIJE I
VLADE POSEBNOG UPRAVNOG PODRUČJA MACAA
NARODNE REPUBLIKE KINE
O ODREĐENIM ASPEKTIMA USLUGA U ZRAČNOM PROMETU

EU/MO/hr 1

EUROPSKA UNIJA, dalje u tekstu „Unija”,

s jedne strane, i

VLADA POSEBNOG UPRAVNOG PODRUČJA MACAA NARODNE REPUBLIKE KINE,
dalje u tekstu „PUP Macao”, koju je Središnja vlada Narodne Republike Kine propisno ovlastila za
sklapanje ovog Sporazuma,

s druge strane,

dalje u tekstu „stranke”,

PRIMJEĆUJUĆI da su sklopljeni bilateralni sporazumi o uslugama u zračnom prometu između
nekoliko država članica Unije i PUP Macaa koji sadrže odredbe protivne pravu Unije,

PRIMJEĆUJUĆI da Unija ima isključivu nadležnost u pogledu nekoliko aspekata koji mogu biti
uključeni u bilateralne sporazume o uslugama u zračnom prometu između država članica Unije i
trećih strana,

PRIMJEĆUJUĆI da u skladu s pravom Unije zračni prijevoznici Zajednice s poslovnim nastanom u državi članici imaju pravo na nediskriminirajući pristup zračnim rutama između država članica Unije i trećih strana,

UZIMAJUĆI U OBZIR sporazume između Unije i određenih trećih zemalja, kojima se za državljane tih trećih zemalja predviđa mogućnost stjecanja vlasništva nad zračnim prijevoznicima licenciranim u skladu s pravom Unije,

PREPOZNAJUĆI da se određene odredbe bilateralnih sporazuma o uslugama u zračnom prometu između država članica Unije i PUP Macaa, koje su protivne pravu Unije, moraju uskladiti s tim pravom kako bi se uspostavio čvrsti pravni temelj za usluge u zračnom prometu između Unije i PUP Macaa i očuvao kontinuitet takvih usluga u zračnom prometu,

PRIMJEĆUJUĆI da u skladu s pravom Unije zračni prijevoznici u načelu ne mogu sklapati sporazume koji mogu utjecati na trgovinu među državama članicama Unije i koji imaju za cilj ili posljedicu sprečavanje, ograničavanje ili narušavanje tržišnog natjecanja,

PREPOZNAJUĆI da odredbe u bilateralnim sporazumima o uslugama u zračnom prometu sklopljenima između država članica Unije i PUP Macaa, kojima se: i. zahtijeva ili potiče usvajanje sporazuma među poduzetnicima, odluka udruženja poduzetnika ili usklađenog djelovanja kojima se sprečava, narušava ili ograničuje tržišno natjecanje između zračnih prijevoznika na relevantnim rutama; ili ii. učvršćuju učinci svakog takvog sporazuma, odluke ili usklađenog djelovanja; ili iii. na zračne prijevoznike ili druge privatne gospodarske subjekte prenosi odgovornost za poduzimanje mjera kojima se sprečava, narušava ili ograničuje tržišno natjecanje između zračnih prijevoznika na relevantnim rutama, mogu učiniti nedjelotvornima pravila tržišnog natjecanja koja se primjenjuju na poduzetnike,

PRIMJEĆUJUĆI da svrha ovog sporazuma nije povećanje ukupnog opsega zračnog prometa između Unije i PUP Macaa, niti utjecanje na ravnotežu između zračnih prijevoznika Zajednice i zračnih prijevoznika PUP Macaa, niti izmjena odredaba postojećih bilateralnih sporazuma o uslugama u zračnom prometu koje se odnose na prometna prava,

SPORAZUMJELE SU SE KAKO SLIJEDI:

ČLANAK 1.

Opće odredbe

1. Za potrebe ovog Sporazuma „države članice” znači države članice Europske unije a „Ugovori EU-a” znači Ugovor o Europskoj uniji i Ugovor o funkcioniranju Europske unije.
2. Upućivanja u svakom od sporazuma iz Priloga 1. na državljane države članice koja je stranka tog sporazuma smatraju se upućivanjima na državljane bilo koje od država članica.
3. Upućivanja u svakom od sporazuma iz Priloga 1. na zračne prijevoznike ili zrakoplovna poduzeća države članice koja je stranka tog sporazuma smatraju se upućivanjima na zračne prijevoznike ili zrakoplovna poduzeća koje je imenovala ta država članica.

ČLANAK 2.

Imenovanje od strane države članice

1. Odredbe iz stavaka 2. i 3. ovog članka nadomještaju odgovarajuće odredbe u člancima navedenima u Prilogu 2. točki (a) odnosno (b), u vezi s imenovanjem zračnog prijevoznika od strane dotične države članice, odobrenjima i dozvolama koje mu je dodijelio PUP Macao te s odbijanjem, opozivom, suspenzijom ili ograničenjem tih odobrenja odnosno dozvola.

2. Po primitku imenovanja od strane države članice, PUP Macao dodjeljuje odgovarajuća odobrenja i dozvole u najkraćim mogućim rokovima postupanja, pod uvjetom da:

- (a) zračni prijevoznik ima poslovni nastan, u skladu s Ugovorima EU-a, na državnom području države članice koja ga je imenovala i ima valjanu operativnu licenciju u skladu s pravom Unije; i
- (b) država članica koja je odgovorna za izdavanje svjedodžbe o sposobnosti zračnog prijevoznika obavlja i održava učinkovitu regulatornu kontrolu nad zračnim prijevoznikom i nadležno zrakoplovno tijelo je jasno utvrđeno u imenovanju; i
- (c) zračni prijevoznik je u vlasništvu, izravno ili putem većinskog vlasništva, te je pod stvarnom kontrolom država članica i/ili državljana država članica, i/ili drugih država navedenih u Prilogu 3. i/ili državljana tih drugih država.

3. PUP Macao može odbiti, opozvati, suspendirati ili ograničiti odobrenja ili dozvole zračnog prijevoznika kojeg je imenovala država članica kada:

- (a) zračni prijevoznik nema poslovni nastan, u skladu s Ugovorima EU-a, na državnom području države članice koja ga je imenovala ili nema valjanu operativnu licenciju u skladu s pravom Unije;

- (b) država članica koja je odgovorna za izdavanje svjedodžbe o sposobnosti zračnog prijevoznika ne obavlja ili ne održava učinkovitu regulatornu kontrolu nad tim zračnim prijevoznikom ili nadležno zrakoplovno tijelo nije jasno utvrđeno u imenovanju; ili
- (c) zračni prijevoznik nije u vlasništvu, izravno ili putem većinskog vlasništva, ili nije pod stvarnom kontrolom država članica i/ili državljana država članica, i/ili drugih država navedenih u Prilogu 3. i/ili državljana tih drugih država.

Pri ostvarivanju svog prava iz ovog stavka, PUP Macao ne smije diskriminirati zračne prijevoznike Zajednice na temelju državne pripadnosti.

ČLANAK 3.

Sigurnost

1. Odredbe iz stavka 2. ovog članka dopunjuju odgovarajuće odredbe u člancima navedenima u Prilogu 2. točki (c).
2. Kada je država članica imenovala zračnog prijevoznika nad kojim regulatornu kontrolu obavlja i održava druga država članica, prava PUP Macaa na temelju sigurnosnih odredaba sporazuma između države članice koja je imenovala zračnog prijevoznika i PUP Macaa primjenjuju se na jednak način u pogledu usvajanja, provođenja ili održavanja sigurnosnih standarda od strane te druge države članice, kao i u pogledu odobrenja za rad tog zračnog prijevoznika.

ČLANAK 4.

Oporezivanje avionskoga goriva

1. Odredbe iz stavka 2. ovog članka dopunjuju odgovarajuće odredbe u člancima navedenima u Prilogu 2. točki (d).
2. Neovisno o bilo kojoj drugoj suprotnoj odredbi, ništa ni u kojem od sporazuma navedenih u Prilogu 2. točki (d) ne sprečava državu članicu da nameće, na nediskriminirajućoj osnovi, poreze, carine, naknade, pristojbe ili davanja na gorivo isporučeno na njezinom državnom području za upotrebu u zrakoplovu imenovanog zračnog prijevoznika PUP Macaa koji prometuje između jedne točke na državnom području te države članice i druge točke na državnom području te države članice ili na državnom području druge države članice.

ČLANAK 5.

Sukladnost s pravilima tržišnog natjecanja

1. Neovisno o bilo kojoj drugoj suprotnoj odredbi, ničim ni u kojem od sporazuma navedenih u Prilogu 1. se: i. ne zahtijeva ili potiče usvajanje sporazuma među poduzetnicima, odluka udruženja poduzetnika ili usklađenog djelovanja kojima se sprečava ili narušava tržišno natjecanje; ii. ne učvršćuju učinci svakog takvog sporazuma, odluke ili usklađenog djelovanja; ili iii. na privatne gospodarske subjekte ne prenosi odgovornost za poduzimanje mjera kojima se sprečava, narušava ili ograničuje tržišno natjecanje.

2. Odredbe sadržane u sporazumima navedenima u Prilogu 1., koje nisu u skladu sa stavkom 1. ovog članka, ne primjenjuju se.

ČLANAK 6.

Prilozi Sporazumu

Prilozi ovom Sporazumu čine njegov sastavni dio.

ČLANAK 7.

Revizija ili izmjena

Stranke mogu ovaj Sporazum u bilo kojem trenutku sporazumno revidirati ili izmijeniti.

ČLANAK 8.

Stupanje na snagu i privremena primjena

1. Ovaj Sporazum stupa na snagu kada se stranke međusobno pisanim putem obavijeste da su dovršeni njihovi unutarnji postupci potrebni za njegovo stupanje na snagu.

2. Neovisno o stavku 1., stranke su suglasne privremeno primjenjivati ovaj Sporazum od prvog dana mjeseca koji slijedi nakon dana kada su stranke obavijestile jedna drugu o dovršetku postupaka potrebnih za tu svrhu.

3. Ovaj se Sporazum primjenjuje na sve sporazume i dogovore navedene u Prilogu 1., uključujući one koji na dan potpisivanja ovog Sporazuma još nisu stupili na snagu i ne primjenjuju se privremeno.

ČLANAK 9.

Prestanak važenja

1. U slučaju da prestane važiti jedan od sporazuma navedenih u Prilogu 1., istodobno prestaju važiti sve odredbe ovog Sporazuma koje se odnose na dotični sporazum naveden u Prilogu 1.

2. U slučaju da prestanu važiti svi sporazumi navedeni u Prilogu 1., istodobno prestaje važiti i ovaj Sporazum.

U POTVRDU TOGA, niže potpisani, koji su za to propisno ovlašteni, potpisali su ovaj Sporazum.

Sastavljeno u dva primjerka na bugarskom, češkom, danskom, engleskom, estonskom, finskom, francuskom, grčkom, latvijskom, litavskom, mađarskom, malteškom, nizozemskom, njemačkom, poljskom, portugalskom, rumunjskom, slovačkom, slovenskom, španjolskom, švedskom, talijanskom i kineskom jeziku, pri čemu je svaki od tih tekstova jednako vjerodostojan.

PRILOG 1.

Popis sporazuma iz članka 1. ovog Sporazuma

Sporazumi i drugi dogovori o uslugama u zračnom prometu između PUP Macaa i država članica, kako su izmijenjeni, koji su na dan potpisivanja ovog sporazuma bili sklopljeni, potpisani ili parafirani:

- Sporazum o zračnom prijevozu između Austrijske savezne vlade i Vlade Macaa, potpisan u Beču 4. studenoga 1994., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Austrija”;
- Sporazum između Vlade Kraljevine Belgije i Vlade Macaa o zračnom prijevozu, potpisan u Bruxellesu 16. studenoga 1994., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Belgija”;
- Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Češke Republike i Vlade Posebnog upravnog područja Macaa Narodne Republike Kine, potpisan u Pragu 25. rujna 2001., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Češka”;
- Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Kraljevine Danske i Vlade Macaa, potpisan u Oslu 12. prosinca 1996., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Danska”;

- Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Republike Finske i Vlade Macaa, potpisan u Macau 9. rujna 1994., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Finska”;
- Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Francuske Republike i Vlade Posebnog upravnog područja Macaa Narodne Republike Kine, potpisan u Parizu 23. svibnja 2006., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Francuska”;
- Sporazum o zračnom prijevozu između Vlade Savezne Republike Njemačke i Vlade Macaa, potpisan u Bonnu 5. rujna 1996., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Njemačka”;
- Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Helenske Republike i Vlade Posebnog upravnog područja Macaa Narodne Republike Kine, parafiran u Macau 17. veljače 2006., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Grčka”;
- Sporazum između Vlade Velikog Vojvodstva Luksemburga i Vlade Macaa o uslugama u zračnom prometu, potpisan u Macau 14. prosinca 1994., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Luksemburg”;
- Sporazum između Kraljevine Nizozemske i Macaa o uslugama u zračnom prometu između i izvan njihovih državnih područja, potpisan u Haagu 16. studenoga 1994., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Nizozemska”;

- Sporazum između Vlade Republike Poljske i Vlade Macaa o uslugama u zračnom prometu, potpisan u Varšavi 22. listopada 1999., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Poljska”;
 - Sporazum o zračnom prijevozu između Vlade Portugalske Republike i Vlade Macaa, potpisan u Lisabonu 31. kolovoza 1995., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Portugal”;
 - Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Slovačke Republike i Vlade Posebnog upravnog područja Macaa Narodne Republike Kine, parafiran u Macau 3. ožujka 2006., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao-Slovačka”;
 - Sporazum o uslugama u zračnom prometu između Vlade Kraljevine Švedske i Vlade Macaa, potpisan u Oslu 12. prosinca 1996., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Švedska”;
 - Sporazum između Vlade Posebnog upravnog područja Macaa Narodne Republike Kine i Vlade Ujedinjene Kraljevine Velike Britanije i Sjeverne Irske o uslugama u zračnom prometu, potpisan u Londonu 19. siječnja 2004., dalje u Prilogu 2. „Sporazum PUP Macao - Ujedinjena Kraljevina”.
-

PRILOG 2.

Popis članaka u sporazumima navedenima u Prilogu 1.,
na koje se upućuje u člancima od 2. do 4. ovog Sporazuma

- (a) Imenovanje od strane države članice:
- članak 4. Sporazuma PUP Macao - Austrija;
 - članak 3. Sporazuma PUP Macao - Češka;
 - članak 4. Sporazuma PUP Macao - Danska;
 - članak 4. stavak 4. Sporazuma PUP Macao - Njemačka;
 - članak 4. Sporazuma PUP Macao - Luksemburg;
 - članak 4. Sporazuma PUP Macao - Poljska;
 - članak 4. Sporazuma PUP Macao - Portugal;
 - članak 4. Sporazuma PUP Macao - Švedska.

(b) Odbijanje, opoziv, suspenzija ili ograničenje odobrenja ili dozvola:

- članak 5. Sporazuma PUP Macao - Austrija;
- članak 6. Sporazuma PUP Macao - Belgija;
- članak 4. Sporazuma PUP Macao - Češka;
- članak 5. Sporazuma PUP Macao - Danska;
- članak 4. Sporazuma PUP Macao - Finska;
- članak 4. stavak 4. i članak 5. Sporazuma PUP Macao - Njemačka
- članak 5. Sporazuma PUP Macao - Luksemburg;
- članak 5. Sporazuma PUP Macao - Nizozemska;
- članak 5. Sporazuma PUP Macao - Poljska;
- članak 6. Sporazuma PUP Macao - Portugal;
- članak 5. Sporazuma PUP Macao - Švedska.

(c) Sigurnost:

- članak 7. Sporazuma PUP Macao - Češka;
- članak 9. Sporazuma PUP Macao - Francuska;
- članak 7. Sporazuma PUP Macao - Grčka;
- članak 7. Sporazuma PUP Macao - Luksemburg;
- članak 6. Sporazuma PUP Macao - Slovačka;
- članak 14. Sporazuma PUP Macao - Ujedinjena Kraljevina.

(d) Oporezivanje avionskoga goriva:

- članak 8. Sporazuma PUP Macao - Austrija;
- članak 11. Sporazuma PUP Macao - Belgija;
- članak 8. Sporazuma PUP Macao - Češka;
- članak 7. Sporazuma PUP Macao - Danska;
- članak 6. Sporazuma PUP Macao - Finska;

- članak 7. Sporazuma PUP Macao - Njemačka;
 - članak 9. Sporazuma PUP Macao - Luksemburg;
 - članak 10. Sporazuma PUP Macao - Nizozemska;
 - članak 7. Sporazuma PUP Macao - Poljska;
 - članak 10. Sporazuma PUP Macao - Portugal;
 - članak 7. Sporazuma PUP Macao - Švedska;
 - članak 8. Sporazuma PUP Macao - Ujedinjena Kraljevina.
-

PRILOG 3.

Popis drugih država iz članka 2. ovog Sporazuma

- (a) Republika Island (u skladu sa Sporazumom o Europskom gospodarskom prostoru);
 - (b) Kneževina Lihtenštajn (u skladu sa Sporazumom o Europskom gospodarskom prostoru);
 - (c) Kraljevina Norveška (u skladu sa Sporazumom o Europskom gospodarskom prostoru);
 - (d) Švicarska Konfederacija (u skladu sa Sporazumom o zračnom prometu između Europske zajednice i Švicarske konfederacije).
-